

O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental

Armando de Senna Bittencourt

Vice-Almirante da Reserva da Marinha e Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

RESUMO

O assunto deste ensaio é o envolvimento político-militar do Brasil nos anos 1864-1865, ao intervir na guerra civil entre os partidários dos *blancos* e *colorados*, na República Oriental do Uruguai. Seu propósito é analisar as ações do Vice-Almirante Barão de Tamandaré e dos diplomatas brasileiros durante o conflito. Essa intervenção militar brasileira no Uruguai foi interpretada por Francisco Solano López, o ditador do Paraguai, como uma agressão aos interesses de seu país e é o estopim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), o segundo conflito mais sangrento da história das Américas.

PALAVRAS-CHAVE: CAMPANHA ORIENTAL – TAMANDARÉ – COMANDO-EM-CHEFE DAS FORÇAS NAVAIS NO RIO DA PRATA

ABSTRACT

The subject of this essay is the Brazilian political-military involvement, during the years 1864-1865, intervening in the Oriental Republic of Uruguay civil war between the Blanco and Colorado Parties supporters. Its object is the analyses of the Vice-Admiral Baron of Tamandaré's and the Brazilian diplomats' actions during the conflict. This Brazilian military intervention in Uruguay was interpreted as an aggression to his country's interests by Francisco Solano López, the Paraguayan dictator, and is the starting point of the Tríplice Aliança War against Paraguay (1865-1870), the second bloodiest conflict in the Americas' History.

KEY-WORDS: ORIENTAL CAMPAIGN – TAMANDARÉ – COMMAND-IN-CHIEF OF RIO DA PRATA NAVAL FORCES

O período em que o Almirante Tamandaré comandou as ações durante a intervenção do Brasil na República Oriental do Uruguai, em 1864 e 1865, é um dos mais difíceis de sua longa carreira a serviço da Marinha do Brasil. Sua ação eficaz, mas aparentemente impulsiva, aliando-se a uma das partes de um conflito interno, bombardeando e quase destruindo Paissandu e ameaçando Montevideú do mesmo destino, bem como seu desentendimento com o futuro Visconde do Rio Branco – que negociou a paz e, em seguida, foi demitido – são bem conhecidos e existe uma farta historiografia a respeito. A importância, no entanto, dessa ação militar e política, freqüentemente questionada até por historiadores, que foi o estopim da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai, motivou este ensaio, escrito no ano em que se comemoram os 200 anos de nascimento do Almirante Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil.

Na República Oriental do Uruguai, os Partidos *Blanco* e *Colorado* se digladiavam pelo poder. Lá residiam cerca de 40 mil súditos do Império e muitos brasileiros tinham proprie-

Armando de Senna Bittencourt

dades em território uruguaio. Constituíam uma parcela importante da população desse país, eram donos de algumas das melhores propriedades lá existentes e muitos estavam envolvidos na política local.

Havia, então, o hábito de transferir livremente o gado, do Uruguai para as charqueadas do Rio Grande do Sul, no Brasil, ou mesmo, de passar gado pela fronteira, entre estâncias, às vezes do mesmo proprietário.

Em 1860, assumiu o poder o Partido *Blanco*, sob a presidência de Bernardo Berro. Ele iniciou uma política desfavorável a esses brasileiros, inclusive limitando suas liberdades exageradas, principalmente ao taxar o comércio através da fronteira e ao questionar o direito deles possuírem escravos em território uruguaio¹. Intensificou-se, também, nessa época, a hostilidade entre os dois partidos e, pouco depois, a situação era de guerra civil e violência. Venâncio Flores, líder do Partido *Colorado*, invadira o território do país, em abril de 1863, com tropas organizadas em território argentino e com o apoio do governo de Buenos Aires. Ele era aliado do Presidente da República da Argentina, Bartolomé Mitre, e participara da Batalha de Pavón, na Argentina, em 1861, apoiando a vitória obtida por Buenos Aires. A Argentina, porém, manteve uma posição oficial de neutralidade nesse conflito.

Essas disputas internas também causavam dificuldades e prejuízos aos negócios normais e corretos de brasileiros e, com o aumento da violência, passaram a ocorrer ofensas graves e, até brutalidades. Com a renúncia do Presidente Bernardo Berro, transferência do poder executivo para Atanásio Aguirre, presidente do Senado, em março de 1864, e devido à intensificação da guerra civil, tornou-se até insegura a permanência de brasileiros no Uru-

guai. Houve, também, denúncias sérias de desordens na fronteira com o Brasil. Cabe, no entanto, observar que, segundo declarações oficiais do próprio governo imperial brasileiro, muitos de seus súditos haviam aderido à causa do General Flores². Alguns estavam, portanto, erradamente envolvidos nas disputas internas do país, durante uma guerra civil, e conseqüentemente, sujeitos aos azares da situação. O *Jornal do Commercio* de 16 de novembro de 1863, citado por Euzébio José Antunes em suas *Memórias*, resume assim a situação:

Muitos brasileiros estão hoje reunidos ao General Flores por causa das violências praticadas contra eles pelos Generais Lamas e Medina, principalmente pelo primeiro, que nos vota um ódio estranhável, e que, em retribuição, é execrado por quase todos os nossos compatriotas estabelecidos no Departamento do Salto. Considero natural, e até já o manifestei em uma anterior correspondência, que as forças legais, por um esforço que seria bom evitarem, desmantelem estâncias dos chefes brasileiros que estão com os revoltosos; mas é intolerável que arruinem a propriedade brasileira em geral, como estão praticando, embora pertença a homens inofensivos que emigram por não estarem suficientemente garantidos. Deste modo, de represália em represália, de violência em violência, chegaremos a uma situação em que será impossível aos dois governos evitar um sério conflito, embora se achem animados das melhores disposições para viver em harmonia, como convém aos interesses dos dois países.³

O Partido *Blanco* contava com a simpatia do governo do Paraguai, o que lhe era muito importante, por se contrapor ao Brasil e a Buenos Aires. O ditador paraguaio, Francisco Solano López, que sucedeu no poder seu pai Carlos López, recebeu propostas dos *blancos* uruguayos e, também, de Justo José de Urqui-

¹ BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai – História e historiografia. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). *Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 13.

² RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos; FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. p. 307.

³ ANTUNES, Euzébio José. *Memórias das campanhas contra o Estado Oriental do Uruguai e a República do Paraguai durante o Comando do Almirante Visconde de Tamandaré*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007. p. 13.

za, líder dos *federales* argentinos e caudilho da província de Entre Rios, para estabelecer uma aliança defensiva e ofensiva entre o Paraguai, o Uruguai e Entre Rios. López manteve, inicialmente, uma posição cautelosa, evitando compromissos excessivos, mas a aliança lhe convinha, pois garantia uma saída para o mar para seu país, muitas vezes dificultada, no passado, por Buenos Aires. A República Argentina somente reconheceu a independência do Paraguai em 1852 e, por longo período no passado, procurou incorporar o Paraguai às Províncias Unidas do Rio da Prata.

Os representantes do Partido *Blanco* em Assunção mantinham López alertado contra supostas más intenções brasileiras e argentinas contra o Paraguai, aproveitando a desconfiança que ele tinha em relação às intenções do Brasil e da Argentina, com os quais seu país tinha questões de limites não solucionadas. A falta de representações diplomáticas paraguaias permanentes, no exterior, fazia com que ele não tivesse informações suficientes para suas análises, dificultando suas decisões – perigosamente, como o futuro mostraria -, em relação à política externa e o potencial dos países vizinhos e, em especial, sobre as intenções do Brasil em relação ao Paraguai.

López protestara contra o apoio do governo argentino à invasão dos rebeldes *colorados*. Inicialmente adotou uma postura conciliatória, inclusive se oferecendo como árbitro para as questões, mas depois, mostrou que estava decidido a defender seus interesses na região do Rio da Prata. A Argentina e o Brasil, no entanto, também mal informados sobre o potencial militar existente, por incompetência de seus diplomatas neste assunto e dificuldades de obter informações no regime ditatorial imposto por López, o consideravam um intruso e subestimavam o Paraguai.

Com as reclamações chegadas ao Rio de Janeiro, inclusive através de uma representa-

ção de pecuaristas gaúchos liderada pelo General Souza Neto, o governo brasileiro, então representado por um gabinete formado pelo Partido Liberal, resolveu enviar uma missão diplomática ao Uruguai em 1864, para proteger os súditos do Império. Nomeou um diplomata, o Conselheiro José Antonio Saraiva, e designou para Comandante-em-Chefe das Forças Navais do Rio da Prata, surtas em Montevideu, o Vice-Almirante Barão de Tamandaré, para respaldá-lo com uma relativamente poderosa Força Naval. Era uma atitude típica do século XIX e os brios estavam feridos pelas represálias sofridas na Questão Christie com a Grã-Bretanha, com quem as relações diplomáticas estavam cortadas. Ainda estava recente o fim da Revolução Farroupilha e o governo temia que os gaúchos iniciassem uma guerra, por conta própria, com o Uruguai, em defesa de seus interesses, ou, por lhes faltar apoio, que se reavivassem sentimentos contrários ao governo imperial⁴.

A missão do Conselheiro Saraiva tinha por objetivo, conforme o futuro Visconde de Rio Branco, mais tarde, em 1865, resumiu:

... obter satisfações de agravos recebidos pelo Império em várias épocas, a partir de 1852, nas pessoas e propriedades de súditos brasileiros residentes no Estado Oriental. O Sr. Conselheiro Saraiva devia exigir reparação daquelas ofensas e segurança para o futuro e, se nossas reclamações não fossem atendidas, deveria apresentar o seu *ultimatum* e combinar o emprego de represálias.⁵

O governo *blanco*, no entanto, não se intimidou, pois acreditava contar com o apoio do Paraguai. O chanceler uruguaio emitiu uma nota denunciando o Brasil e a Argentina como os responsáveis pela guerra civil, por terem permitido que as tropas dos *colorados* se organizassem em seus países. Segundo o mesmo Rio Branco, o Partido *Blanco*, "desde muito tempo, nos considera infensos à sua influência e ao seu predomínio na Banda Oriental."⁶

⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 51.

⁵ RIO BRANCO, op. cit. p. 307

⁶ *Ibidem*. P. 308.

Armando de Senna Bittencourt

Saraiva, verificando a dificuldade, ou até mesmo a impossibilidade, que teria em obter do governo uruguaio as satisfações exigidas pelo Brasil, naquela situação de guerra civil sem solução, em que os dois lados não tinham condições de vencer, pois a Flores faltavam meios para atacar as cidades e ao governo cavalaria para derrotar os *colorados*, no campo aberto, decidiu ajudar a restabelecer a paz no Uruguai e obteve, para tal, autorização do governo brasileiro. Era preciso conseguir um acordo entre Venâncio Flores e o governo de Aguirre. Esperava, também, obter o afastamento dos elementos que se opunham mais fortemente aos interesses brasileiros e a incorporação de *colorados* no ministério. Em Buenos Aires, o Presidente Mitre, para quem o acordo também resolveria a questão entre a Argentina e o Uruguai, chegara à conclusão semelhante. Mitre resolveu enviar seu chanceler, Rufino de Elizalde, a Montevideú e conseguiu envolver o representante britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, na difícil tarefa, inclusive possibilitando que Elizalde viajasse para Montevideú em um navio britânico, juntamente com Thornton. A Grã-Bretanha – que, como os bons historiadores contemporâneos mostram⁷, teve pouca influência nos acontecimentos que levaram à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai – era, então, vista como a idealizadora e protetora da independência do Uruguai e lá também tinha interesses econômicos a proteger.

Saraiva tratou, em seguida, de unir seus esforços aos negociadores britânico e argentino, mas a tentativa de pacificação amigável não foi possível. Concorreu para isto a impossibilidade que o Presidente Aguirre julgou ter para nomear os novos ministros, faltava-lhe força para tal, tendo em vista as paixões políticas existentes em seu partido. Assim, os três negociadores se retiraram e as hostilidades entre as partes reiniciaram. Tal esforço conjunto, no entanto, serviu para tranquilizar as desconfianças ainda existentes entre o Brasil e a Argentina e evitou que a Grã-Bretanha interpretasse a ação brasi-

leira no Rio da Prata como tentativa de obter vantagens territoriais ou econômicas.

Considerando sua missão pacificadora no Uruguai terminada, Saraiva foi a Buenos Aires, em junho, e tentou obter a continuação da participação da Argentina. Mitre garantiu seu apoio, mas afirmou que manteria seu país fora da intervenção armada, que parecia ser a próxima etapa desse conflito de interesses entre os governos dos países.

Com a neutralidade argentina assegurada, Saraiva apresentou ao governo uruguaio seu ultimato, no início do mês de agosto, dando um prazo de seis dias para atender as exigências e ameaçando represálias. Não se especificava bem, no documento, quais seriam as represálias, mas Saraiva explicou que não se tratariam de atos de guerra. Mesmo assim, o governo uruguaio reagiu e protestou, por escrito, contra o que considerou inaceitável. Criou-se, então, uma situação de iminente intervenção militar brasileira. Essa intervenção, no entanto, não poderia contar, tão cedo, com tropas provenientes do Rio Grande do Sul, porque elas estavam completamente despreparadas e levou um bom intervalo de tempo – cerca de quatro meses –, para que tivessem condições de invadir território do Uruguai.

No dia 11 de agosto, Saraiva deixou Montevideú, a bordo da Corveta *Niterói*. Fracasara a ação diplomática, agora, tudo dependia de Tamandaré, que permanecera em Montevideú como a maior autoridade brasileira, cabendo-lhe a direção política e militar. Ele tinha sob seu comando uma força naval, composta dos seguintes navios: Fragata *Amazonas*; Corvetas *Niterói*, *Jequitinhonha*, *Belmonte*, *Beberibe* e *Parnaíba*; Canhoneiras *Mearim*, *Araguari*, *Ivaí*, *Itajaí* e *Maracaná*; e o Vapor *Recife*.

Aguirre, por sua vez, enviara, em 14 de julho, um emissário ao Paraguai, Antonio de las Carreras, solicitando uma intervenção paraguaia, pois, segundo ele, o Brasil e a Argentina, de comum acordo, pretendiam

⁷ DORATIOTO, op. cit. p. 87-91.

Navegador 6 O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental

primeiro anexar o Uruguai e, depois, seria a vez de acertarem as contas com o Paraguai, devido às questões pendentes de fronteiras.

Ao tomar conhecimento do ultimato brasileiro entregue ao governo uruguaio, o governo do Paraguai protestou, formalmente, em 30 de agosto, afirmando que se ocorresse qualquer invasão de território uruguaio pelo Brasil ela seria atentatória ao equilíbrio da região do Rio da Prata, que era do interesse paraguaio, “como garantia de sua segurança, paz e prosperidade”⁸ e que, portanto, ele não se responsabilizaria pelas consequências que daí viessem a ocorrer⁹. Essa ameaça não foi percebida, pelo Brasil e pela Argentina, como o prenúncio de uma horrível guerra. A qualidade das informações sobre o Paraguai, em ambos os países, era péssima, apesar de manterem serviços diplomáticos permanentes em Assunção. Possivelmente, faltasse aos diplomatas capacidade de avaliação de ameaças militares. Somente em agosto de 1864, o novo agente diplomático brasileiro em Assunção, o Ministro Viana Lima, relatou atitudes hostis de autoridades paraguaias, manifestações populares organizadas e ameaças de ações militares contra o Brasil.

Enquanto isso, no Uruguai, Tamandaré exigiu do governo uruguaio a total imobilização de seus navios de guerra, no que foi obedecido quanto ao Vapor *General Artigas*. Mandou, em 22 de agosto, uma divisão de sua Força Naval, composta por três navios (*Jequitinhonha*, *Araguari* e *Belmonte*) para Paisandu (onde a *Belmonte* já estava), com a finalidade de atuar no Rio Uruguai. Cabia ao comandante desta divisão, Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Pereira Pinto, além de exigir das autoridades uruguaias ao longo do rio a promessa de que respeitariam os

brasileiros residentes na região, obter, também, a imobilização do Vapor *Villa del Salto*. No dia 24 de agosto, Pereira Pinto encontrou o *Villa del Salto* junto à foz do Rio Negro, descendo o Rio Uruguai, e intimou-o a parar. O navio de guerra uruguaio não obedeceu, fez a volta e escapou subindo o rio, apesar de um tiro de advertência¹⁰. Mais tarde, em um novo encontro, desta vez com as Corvetas *Jequitinhonha* e *Belmonte*, o *Villa del Salto* foi encalhado propositalmente e depois incendiado por sua tripulação¹¹.

No dia 25 de agosto, aniversário da independência da República Oriental, os navios brasileiros em Montevideu embandeiraram e salvaram, cumprindo o cerimonial em homenagem a essa República¹². Procuraram assim mostrar que não agiam contra o Uruguai e que tinham intenções pacíficas.

Em 29 de agosto, Tamandaré expediu ofício para o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Nele, relatou que explicara aos seus comandantes de navio que a missão era exclusivamente obter satisfações do governo uruguaio pelos agravos sofridos por brasileiros, bem como obter garantias para eles e para seus bens. Não havia a intenção, continuou, de molestar habitantes pacíficos, nem de humilhar a soberania do Uruguai. Também teceu considerações sobre possíveis represálias, de que só convinha exercê-las no que afetasse imediatamente esse a governo e que, portanto, tinha, até então, se limitado a pressões morais para lhe tirar o prestígio, sem ofender os particulares. Comentou, em seguida, que um procedimento contrário poderia levar a uma guerra declarada, para a qual não se julgava preparado, “com o risco de reunir as duas bandas do Rio da Prata contra nós.”¹³ Referia-se ao Uruguai e à Argentina.

⁸ ANTUNES, op. cit. p. 199.

⁹ DORATIOTO, op. cit. p. 59.

¹⁰ ANTUNES, op. cit. p. 131.

¹¹ FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 1v. p. 310.

¹² Ibidem. p. 309.

¹³ ANTUNES, op. cit. p. 42.

Armando de Senna Bittencourt

Em 30 de agosto, o governo uruguaio enviou nota à legação diplomática brasileira, reclamando a ação contra o *Villa del Salto*. Acusava os brasileiros de terem dado o primeiro tiro e de terem impedido que esse navio socorresse Mercedes, que resistia ao assédio das tropas *coloradas*, favorecendo, portanto, a ação de Venâncio Flores, que se apoderara desse povoado. Juntamente com a nota, enviava os passaportes à legação, dando-lhe 24 horas para que ela deixasse o território uruguaio¹⁴. Rompiam-se, formalmente, as relações diplomáticas com o Brasil.

A imobilização dos navios de guerra uruguaiois, sem dúvida, favoreceu Flores, que se aproveitou da situação. Segundo o futuro Visconde do Rio Branco, falando ao Senado, “ainda que o governo imperial não o queira, nas circunstâncias atuais em que se acha a república, a sua ação coercitiva há de traduzir-se em auxílio à revolução”.¹⁵ Não era somente ele que, no Rio de Janeiro, criticava a ação diplomática no Uruguai. O próprio Marquês de Caxias, também político do Partido Conservador, na oposição, não era favorável¹⁶.

Flores, habilmente, pediu explicações a Tamandaré sobre o incidente do *Villa del Salto*, no que foi satisfeito. Tamandaré lhe enviou um ofício em que explicou o ocorrido e declarou não ter intenções de ofender a bandeira uruguaia. Aliás, estava disposto a salvá-la com 21 tiros, se assim fosse solicitado. Este ofício, porém, criava um novo problema, pois Flores não era ainda reconhecido como beligerante pelo Brasil. Ele, sem autorização, estava se aproximando de Flores e, sem dúvida, sua ação favorecia a causa dos *colorados*.

Cabe observar que Tamandaré estava em uma difícil situação de comando e imerso em uma crise de grandes proporções – “o modo de fazer as represálias tinha ficado ao arbítrio do almirante”¹⁷, como, mais tarde, declarou o Visconde do Rio Branco –, mas suas decisões estavam sempre coerentes

com o que afirmou em seu ofício de 29 de agosto, citado anteriormente. Ele estava prejudicando o governo uruguaio, com o propósito de obter as satisfações desejadas pelo Brasil. Os *blancos*, no entanto, provavelmente julgando que teriam apoio externo, possivelmente do Paraguai, continuavam evitando o diálogo e contribuindo para o agravamento do conflito.

Em 7 de setembro, o governo imperial expediu ordens a Tamandaré para que Paisandu, Salto e Cerro Largo fossem ocupadas e, também, que Flores e os *colorados* fossem reconhecidos como parte beligerante. Era, também, a ratificação de suas ações até aquele momento.

Em 27 de setembro, em outro ofício ao ministro de Negócios Estrangeiros, Tamandaré reportou ter enviado através do Paqueta *Marquês de Olinda*, que passara por Montevideú, com destino à Província de Mato Grosso, informações sobre o que se passava no Uruguai para que o ministro brasileiro em Assunção tivesse subsídios para suas explicações ao governo paraguaio. Solicitou, também, reforços para enfrentar o Paraguai, na hipótese de se concretizarem hostilidades desse país. Verifica-se que Tamandaré era um dos poucos que viam seriamente a ameaça paraguaia.

Em 11 de outubro, ele oficiou às autoridades diplomáticas estrangeiras residentes em Montevideú que o governo imperial determinara que o território uruguaio ao norte do Rio Negro fosse ocupado, como represália, até que se obtivessem garantias e satisfações do governo uruguaio. Solicitava, também, que os navios de suas bandeiras não transportassem equipamentos, munições e tropas nas costas do Uruguai e nos rios para o governo de Aguirre. Os diplomatas rejeitaram, corretamente, essa solicitação, principalmente porque não havia uma declaração de guerra ou de bloqueio a respeitar¹⁸.

¹⁴ FRAGOSO, op. cit. p. 132.

¹⁵ RIO BRANCO, op. cit. p. 310.

¹⁶ DORATIOTO, op. cit. p. 65.

¹⁷ RIO BRANCO, op. cit. p. 310.

¹⁸ *Ibidem*. p. 312 e 313.

Tamandaré, em seguida, determinou o bloqueio de Paissandu e Salto, após estabelecer, em 20 de outubro, um pacto de cooperação com Flores. Ele via em Flores um aliado necessário, pois sabia não poder contar, tão cedo, com o apoio do Exército Brasileiro, ainda se concentrando na fronteira. O pacto de Santa Lúcia se fez através de cartas. Na carta dirigida a Flores, Tamandaré declarou:

... creio que V.Ex.^a avaliará o quanto eficaz é o apoio que lhe garanto debaixo de minha responsabilidade, o qual se traduzirá imediatamente em fatos, que reconhecerá nele mais uma prova da simpatia do Brasil pela República Oriental, a cujos males estimaria pôr termo, concorrendo para constituir o governo que a maioria da nação deseja e que só encontra oposição num reduzido número de cidadãos.¹⁹

Flores prometeu que daria “condigna reparação em tudo quanto for justo e eqüitativo, estiver em harmonia com a dignidade nacional e não for obtido como uma consequência natural e forçosa do triunfo da revolução.”²⁰ Cabe observar que, sem esse acordo, ambos não teriam condições para vencer a luta.²¹

Em 12 de outubro, uma brigada do Exército Brasileiro, comandada pelo Brigadeiro José Luis Mena Barreto, penetrou em território uruguaio, pela fronteira do Rio Grande do Sul e atacou a Vila de Melo, expulsou os defensores, e entregou-a aos *colorados*. Foi uma ação isolada, pois somente ao final de novembro o Exército Brasileiro teria condições de efetivar a invasão.

A notícia dessa invasão chegou ao Paraguai em 25 de outubro e o representante do governo uruguaio solicitou providências de Solano López, que disse não saber ainda do fato por meios oficiais. Mas, em 11 de novembro, o Vapor *Marquês de Olinda* foi capturado pelo governo paraguaio poucas horas depois de partir de Assunção para a continuação de sua viagem. Criava-se uma situ-

ação em que o Paraguai interpretava que o Brasil havia lhe agredido ao invadir o Uruguai, como consequência do que alertara no protesto paraguaio de 30 de agosto. Em sua nota à legação britânica, o governo paraguaio explicou que, ao capturar o *Marquês de Olinda*, havia “respondido às hostilidades iniciadas pelo Brasil sem prévia declaração de guerra”²². Seguiu-se a invasão do Sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul por tropas paraguaias. Estava iniciada a guerra com o Paraguai, que ocorreria por longos cinco anos, transformando-se no segundo conflito mais sangrento das Américas, somente superado pela Guerra Civil Americana (1861-1865), que ainda não terminara.

O Paraguai vinha se armando seriamente desde o início de 1864 e o país estava mobilizado para uma guerra. O Exército tinha efetivos superiores aos dos países vizinhos e López contava com o possível apoio dos *blancos* uruguaios e dos partidários argentinos de Urquiza. Deveria ter esperado alguns meses, pois receberia mais armamento e navios encouraçados (*ironclads*) que havia encomendado no exterior. O estado precário em que se encontrava o Exército Brasileiro, diminuto, despreparado, com dificuldades até para intervir no Uruguai, e a inexistência de navios encouraçados na Marinha do Brasil capazes de enfrentar as fortificações existentes no Rio Paraguai com algumas chances de bom êxito, demonstravam, no entanto, um perigoso desequilíbrio de Poder Militar que deve ter influenciado fortemente em sua decisão precipitada. Poderes militares despreparados podem levar ao emprego da força no confronto de interesses nacionais de diferentes países. Em minha opinião, essa imprevidência do Império foi uma das causas da passagem de uma situação de paz, onde os conflitos de interesses são principalmente disputados por diplomatas, com a contribuição, porém, de

¹⁹ FRAGOSO, op. cit. p. 144.

²⁰ RIO BRANCO, op. cit. p. 3131 e 314.

²¹ DORATIOTO, op. cit. p. 63 e 64.

²² *Ibidem*, p. 66.

Armando de Senna Bittencourt

elementos de todos os campos do Poder Nacional, para uma de guerra, onde prevalecem os meios violentos do Poder Militar. López arriscou perigosamente o futuro de sua pátria ao decidir pela guerra, com resultados futuros desastrosos.

No Uruguai, Flores e Tamandaré começaram pela ação contra Salto, sitiando-a em 28 de novembro. No mesmo dia, à tarde, os defensores se renderam e entregaram a vila. Julgou, então, Tamandaré que, devido ao efeito moral da rendição de Salto, convinha, imediatamente, obrigar Paissandu a se render²³.

Passaram para Paissandu, onde iniciaram as operações em 3 de dezembro. No dia seguinte, o Coronel Leandro Gomes, que comandava a defesa de Paissandu, repeliu a tiros a proposta de rendição. Após o bombardeio pelos navios e o primeiro ataque, encontrando forte resistência, Tamandaré e Flores decidiram esperar pelas tropas do Marechal João Propício Mena Barreto, que se aproximavam. O Exército Brasileiro começara a efetuar a transposição da fronteira em Pirai Grande, em 25 de novembro, e Mena Barreto chegou a Paissandu em 29 de dezembro, acampando nas imediações.

Em 31 de dezembro, efetuou-se o segundo ataque a Paissandu; após forte bombardeio, a luta continuou dentro da cidade, combatendo-se nas ruas. No dia seguinte, Tamandaré rejeitou o pedido de Leandro Gomes para cessar-fogo por oito horas, para enterrar os mortos e socorrer os feridos. Continuou a luta, sem trégua, até vencer, pois acreditava que em oito horas já teria tomado a cidade e não podia dar tempo ao inimigo para se fortificar.

Os brasileiros aprisionaram Leandro Gomes ao fim dos combates. Alguns dos uruguaios de Flores solicitaram aos brasileiros para lhes entregarem esse prisioneiro, o que foi

concedido por concordância do próprio Leandro Gomes. Recebeu-o o Coronel Goyo Suarez, cuja família, anteriormente, fora vítima das crueldades do próprio Leandro Gomes. Poucos momentos depois, soube-se que os uruguaios haviam fuzilado o prisioneiro, juntamente com outros oficiais. Tamandaré ficou indignado e, em comum acordo com Flores, providenciou para que todos os outros prisioneiros fossem imediatamente libertados²⁴.

Segundo o futuro Visconde do Rio Branco, Leandro Gomez não deveria ser fuzilado daquela forma, mas poderia, então, ser submetido a um conselho de guerra e sentenciado à morte, mesmo pelo que fizera em Paissandu, tratando cruelmente prisioneiros e mostrando as cabeças degoladas de soldados brasileiros.²⁵

Como resposta à violência do bombardeio e do ataque a Paissandu, o governo de Aguirre considerou rompidos todos os tratados com o Brasil. Em 18 de dezembro, esses tratados foram queimados, em cerimônia pública em uma praça de Montevideú (Praça da Independência), na presença do presidente da República e de outras autoridades.

Além desses atos, Aguirre decidiu enviar uma coluna uruguaia para invadir território brasileiro no Rio Grande do Sul. O comando dessa incursão coube ao General Basílio Muñoz, que contava com 1.500 homens. Em 27 de janeiro de 1865, ele cruzou o Rio Jaguarão e atacou a cidade do mesmo nome. Saquearam, incendiaram casas e se apossaram de gado e escravos, retornando ao território uruguaio.

Com a saída de Saraiva e, depois, dos diplomatas brasileiros do Uruguai, era necessário preencher o vazio existente. Resolveu o governo imperial designar, em novembro, José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, pai do futuro Barão

²³ SCHNEIDER, Louis; NOGUEIRA, Manoel Thomaz Alves; RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai) contra o governo da República do Paraguai: (1864-1870)*. São Paulo: Edições Cultura, 1945. 1t. p. 84.

²⁴ FRAGOSO, op. cit. p. 150.

²⁵ RIO BRANCO, op. cit. p. 341.

do Rio Branco, para preencher esse vazio. Segundo o próprio Paranhos, as instruções que recebeu do governo continham a única política possível para a situação existente: manter a aliança com a Argentina e tentar obter sua participação no conflito; e ter como base, para pacificar o Uruguai e resolver as pendências, a aliança com Flores. Em discurso no Senado, em 5 de junho de 1865, do Visconde do Rio Branco declarou que a “garantia mais satisfatória para os interesses brasileiros seria que de nossa intervenção resultasse ficar na Presidência da República o nosso aliado, o General Flores”²⁶.

Não conseguindo obter a participação da Argentina, que manteve sua neutralidade, e tendo-se concluída a vitória em Paissandu, Paranhos tratou de reconhecer Flores, formalmente, como beligerante e declarou a intervenção armada do Brasil, para pacificar a República Oriental. Regularizou, em seguida, oficialmente, através de notas para o governo argentino e para os diplomatas estrangeiros no Rio da Prata, as atitudes tomadas pelo Brasil no Uruguai.

Tamandaré, Flores e Paranhos combinaram, em seguida, avançar para Montevideú. Nos primeiros dias de fevereiro de 1865, Montevideú estava cercada por terra e por mar. Cabe observar, porém, que as forças eram insuficientes para o assédio, como o próprio Mena Barreto observou.²⁷

As primeiras tentativas de evitar o ataque a Montevideú através de uma mediação argentina fracassaram. O governo uruguaio considerou essa possível mediação como parcial, não a aceitou e declarou que poderia e deveria resistir.²⁸

Totalmente desamparado por López, que dirigira, em 13 de dezembro de 1864, as tropas paraguaias para invadir o atual Estado de Mato Grosso do Sul, onde havia a região em litígio, Aguirre apelou para o corpo di-

plomático estrangeiro sediado em Montevideú. Por essa altura, a única ajuda possível seria através de mediação e alguns diplomatas começaram a se entender com Paranhos.

Tamandaré reconhecia que não se deveria bombardear Montevideú e buscou uma solução pacífica e ao mesmo tempo honrosa. Prorrogou as ações diversas vezes. O cerco por terra também não se estreitou, na esperança de que o ataque não se precipitasse; as tropas mais avançadas eram, em geral, forças subordinadas a Flores. O General Osório avaliava que se perderiam uns dois mil homens para atacar e obter uma vitória decisiva. De Montevideú, no entanto, saíam guerrilhas que tinham que ser frequentemente enfrentadas.²⁹

Em 9 de fevereiro, em Montevideú, uma bandeira brasileira, supostamente capturada por Muñoz em Jaguarão, foi levada pelas ruas, com banda de música, sendo pisoteada e arrastada no chão, com a presença do ministro da guerra uruguaio. Fez-se isso de forma que navios da força naval brasileira vissem parte do espetáculo. Havia entre os *blancos* pessoas fanatizadas, que odiavam a intervenção brasileira. É até possível que vissem, no bombardeio de Montevideú e no caos que sofreriam, uma forma de envolver os interesses de nações européias no conflito para conseguir uma intervenção externa que lhes assegurasse sua continuidade no poder.

Em 15 de fevereiro, terminou o mandato de Aguirre. Tomás Villalba foi eleito presidente do Senado, representando um grupo que era favorável à paz. Ele também assumiu a Presidência da República.

Em 16 de fevereiro, Paranhos foi surpreendido por uma proposta para início de negociações de paz, intermediada pelo Ministro Rafael Ulysses Barbolani, representante da Itália. Villalba queria negociar uma solu-

²⁶ Ibidem. p. 318 e 319.

²⁷ FRAGOSO, op. cit. p. 154.

²⁸ RIO BRANCO, op. cit. p. 335.

²⁹ Ibidem. p. 353 e 354.

Armando de Senna Bittencourt

ção pacífica e ser reconhecido como governo legal pelo Brasil e por Flores.

Resolveu Paranhos que a capitulação de Montevideú deveria ser negociada por ele, conjuntamente com Flores. Acreditava que não era adequado obter a rendição da cidade e, depois, passá-la para Flores. A aceitação de Villalba como presidente não era desejável e ele mesmo reconheceu ser impossível sua permanência. No dia 20 de fevereiro de 1865, assinaram o Convênio de Paz, Flores, Paranhos e o Senador Manuel Herrera y Obes, pelo governo do Uruguai.

No dia 21 de fevereiro, as forças de Flores entraram na cidade. No dia seguinte, entraram as do Brasil. E no dia subsequente, Flores fez sua entrada solene. Ele assumiu, em seguida, a Presidência da República.

Houve, no entanto, um conflito entre Paranhos e Tamandaré. Tamandaré era o comandante-em-chefe das operações e se sentia posto de lado por Paranhos, que assumira a parcela política e praticamente não lhe consultava. Ele queria um desagravo pelo que os *blancos* haviam feito à bandeira nacional, em 9 de fevereiro, e, também, punições severas pela queima dos tratados em praça pública, com presença e participação de autoridades uruguaias. Tamandaré chegou a pedir demissão, expressando suas opiniões por escrito.

O Convênio de Paz negociado por Paranhos também não satisfaz a todos os brasileiros por não ter exigido punições pelas ofensas ao Brasil ocorridas no final do governo de Aguirre. Houve reação popular brasileira à tolerância de Paranhos quando se tornaram públicos, no Rio de Janeiro, os termos do Convênio. O ministro dos Negócios Estrangeiros propôs a demissão de Paranhos ao Imperador e, em 3 de março, o futuro Visconde do Rio Branco foi demitido em decreto assinado por D. Pedro II. Segundo Doratioto, “para a demissão de Paranhos, teve

maior peso o aspecto político e a opinião pública do que sua divergência com Tamandaré.”³⁰ Cabe observar que o gabinete era liberal e Paranhos conservador.

Mais tarde, Paranhos, em discurso no Senado a cinco de junho de 1865, justificou suas decisões³¹, mostrando que, do modo que agira, atingira o propósito maior de resolver o problema uruguaio de forma definitiva, para que o Brasil pudesse se dedicar totalmente ao conflito com o Paraguai, já iniciado, ter o país como aliado e utilizar seu território como base de operações.

A ação de Tamandaré no comando da intervenção brasileira no Uruguai foi eficaz. Em poucos meses, resolutamente, agiu com a violência que a situação exigia e cumpriu sua missão, empregando os meios militares de que dispunha. É provável que a tolerância de Paranhos com os vencidos, mal vista no século XIX, por muitos, também tenha levado ao melhor resultado possível.

As experiências durante a vida de uma pessoa são muito importantes para orientar suas atitudes. Tamandaré, até 1864, já havia participado ativamente de dois conflitos externos, a Guerra de Independência e a Guerra Cisplatina. No primeiro, a ação rápida e eficaz de Cochrane no comando da Esquadra brasileira levou, em cerca de oito meses, à adesão de todo o território brasileiro à causa da Independência. No segundo, a indecisão da luta em terra e o prolongamento da guerra fizeram com que se buscasse a arbitragem externa, com resultados apenas parcialmente satisfatórios em relação ao que o Brasil desejava na época. Cabia-lhe, portanto, agir rápida e eficazmente na Campanha Oriental, como lhe apontava, corretamente, sua experiência pessoal.

Como reconhecimento por sua ação na Campanha Oriental, Tamandaré foi homenageado com o título de visconde.

³⁰ DORATIOTO, op. cit. p. 77.

³¹ RIO BRANCO, op. cit. p. 299-406.